

ESTUDANTES EGRESSOS DA EJA NA UNIVERSIDADE: DIREITOS POSSÍVEIS?¹

Mónica de la Fare²

Simone Valdete dos Santos³

Resumo

A Educação de Jovens e Adultos, ainda com demanda substantiva na cidade de Porto Alegre, compõe possibilidade de acesso de seus egressos a cursos superiores? E, tendo acesso, quais são as condições objetivas dessa presença na universidade? Essas perguntas compõem a pesquisa realizada com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS), que busca conhecer diferentes aspectos das trajetórias escolares e estratégias de egressos e estudantes em processo de conclusão do nível médio da Educação de Jovens e Adultos (EJA) para acessar e/ou permanecer no campo universitário, com foco na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e na Pontifícia Universidade Católica (PUC/RS), ambas instituições de Educação Superior localizadas na capital do estado do Rio Grande do Sul – Porto Alegre. O referencial teórico baseia-se no Estruturalismo Construtivista de Pierre Bourdieu e outros autores do campo intelectual francês e brasileiro. Trata-se de uma visão relacional que prioriza a superação de dualismos tradicionais das ciências humanas e sociais (macro/micro, indivíduo/estrutura, sujeito/objeto), propõe a condição inseparável entre teoria e metodologia, sendo então privilegiado o trabalho com dados quantitativos e qualitativos. No presente trabalho, são apresentados resultados de entrevistas realizadas com estudantes, disposições de suas trajetórias que ora os aproximam, ora os afastam da conclusão do curso superior.

Palavras-chave: Trajetórias; EJA; Educação Superior

Abstract

Does Youth and Adult Education, which still has a substantial demand in the city of Porto Alegre, make it possible for its graduates to access higher education courses? And having access, what are the objective conditions of this presence at the university? These questions make up the research carried out with funding from the Rio Grande do Sul State Research Foundation (FAPERGS), which seeks to know different aspects of the school trajectories and strategies of graduates and students in the process of completing the secondary level of Youth Education and Adults (EJA) to access and/or remain in the university field, focusing on the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS) and the Pontifical Catholic University (PUC/RS), both Higher Education institutions located in the capital of the State of Rio Grande do Sul – Porto Alegre. The theoretical framework is based on the Constructivist Structuralism of Pierre Bourdieu and other authors from the french and brazilian intellectual field. It is a relational view that prioritizes overcoming traditional dualisms of the human and social sciences (macro/micro, individual/structure, subject/object), proposes the inseparable condition between theory and methodology, thus favoring work with quantitative

¹Nota dos Editores – O texto está escrito em Português do Brasil, de acordo com o original submetido pelas autoras.

²Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (BRASIL), monicadlf@gmail.com

³Universidade Federal do Rio Grande do Sul (BRASIL), simonevaldete@gmail.com

data and qualitative. In this work are presented results of some interviews with students, dispositions of their trajectories that sometimes bring them closer, sometimes distance them from the conclusion of higher education.

Keywords: Trajectories; Youth and Adult Education; Higher Education

1. Introdução

Este trabalho apresenta uma pesquisa em fase de conclusão, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS) e desenvolvida no grupo de pesquisa Adultos, jovens e Educação no contemporâneo, registrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Nesse espaço são realizadas investigações sobre trajetórias educativas, que permitiram avançar na análise teórica e na apropriação do conceito de trajetória social, como construto teórico potente para o estudo de trajetórias escolares e universitárias (de la Fare, 2020; de la Fare & Nunes, 2020; de la Fare & Santos, 2020); na realização de estados do conhecimento que deram visibilidade aos usos desse conceito na pesquisa em temas de Educação e em pesquisas empíricas sobre trajetórias profissionais de estudantes e egressos de diferentes espaços educacionais: Ensino Médio; Curso Técnico; Cursos Universitários de Graduação e Pós-Graduação.

O objetivo geral da pesquisa consistiu em conhecer aspectos das trajetórias escolares e acadêmicas e das estratégias de egressos e estudantes do último ano do nível médio da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) para acessar, permanecer e se formar no campo universitário. Desse modo, foi possível indagar as possibilidades de ingresso desses estudantes à universidade assim como as condições para sua permanência, egresso e obtenção de um diploma universitário.

A perspectiva teórica trabalhada nas pesquisas do grupo mencionado e na investigação que se apresenta neste trabalho é a Teoria dos Campos, elaborada por Pierre Bourdieu e posteriormente debatida, continuada e utilizada para o desenvolvimento de estudos empíricos por outros autores do campo francês e latino-americano. Interessam a este grupo de pesquisa principalmente as contribuições de Bernard Lahire (2002), com seus “prolongamentos críticos”, termo que esse autor usa para se referir ao trabalho desenvolvido tanto em continuidade quanto na elaboração de contrapontos com a obra de Bourdieu. Na América Latina, a produção de Galarza (2016) para pensar o conceito de campo escolar e os estudos de Alice Nogueira, Cláudio Nogueira e Nadir Zago, no Brasil, entre outros, representam contribuições relevantes para pensar os desdobramentos dessa teoria em nossos contextos marcados pelas desigualdades sociais. O trabalho de Carvalho e Bento (2021) realiza uma interessante revisão desses aportes.

Nessa linha teórica, a trajetória social se define como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo indivíduo ou grupo em espaços sociais em movimento, também submetidos a transformações ininterruptas (Bourdieu, 1996). Assim, a análise da trajetória implica considerar os campos e suas lógicas de funcionamento e as relações estabelecidas entre os habitus singulares e as forças dos campos que se

objetivam nessas trajetórias (Bourdieu, 1996). Dessa forma, “pode-se substituir a poeira das histórias individuais por famílias de trajetórias intrageracionais no seio do campo de produção cultural (ou, se se quiser, por formas típicas de envelhecimento específico)” (Bourdieu, 1996: 292). Desse modo, são consideradas tanto as trajetórias modais de grupos sociais, entendidas como feixes de trajetórias, marcados pelo volume do capital cultural herdado e que podem levar a posições equivalentes (Bourdieu, 2008), possíveis de ser analisadas mediante tendências estatísticas e as trajetórias individuais, cujo estudo exige considerar os acontecimentos biográficos e as bifurcações dessas trajetórias (Bourdieu, 2019). Trata-se de identificar, entre outras dimensões, as mudanças nesses deslocamentos nos espaços sociais a partir de acontecimentos coletivos e individuais.

A apropriação desse conceito nesta pesquisa levou a priorizar-se a análise dos campos escolar e universitário, para reconhecer como jovens e adultos de origem popular se movimentam nesses espaços e tentam avançar na escolaridade. Trata-se de trajetórias que se mobilizam em meio a um amplo conjunto de recursos materiais e simbólicos para a passagem entre dois espaços considerados historicamente distantes em relação à continuidade dos estudos: A EJA e a universidade.

Por um lado, a EJA no Brasil, como subcampo escolar do campo maior da Educação Básica, é estabelecida como “categoria organizacional constante da estrutura da educação nacional, com finalidades e funções específicas” (Parecer CEB n. 11, 2000: 5) e estruturada segundo os documentos oficiais a partir de três funções: a reparação de um direito civil negado como é a escolarização, a equalização ante as históricas desigualdades de acesso a esse bem social e a qualificação (Parecer CEB n. 11, 2000). Reconhecida pela normativa nacional (Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, denominada como Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB e Parecer do Conselho Nacional de Educação n. 11/2000) como modalidade do sistema educacional, a EJA congrega trabalhadores e trabalhadoras que buscam completar a escolaridade básica.

Por outro lado, a universidade brasileira, com uma origem elitizada e uma longa história de exames altamente competitivos para o acesso, passou por importantes transformações a partir dos anos 2000 e experimentou um processo de ampliação democrática do ingresso, impulsionado pelas políticas dos governos nacionais dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT). Assim, como efeito desse processo, verifica-se que as pessoas com diploma de Educação Superior, de 25 a 64 anos de idade, passaram de representar 8,9% desse grupo em 2010 para 14,7% em 2015 (IBGE, 2020). Nesse recorte, esta pesquisa prioriza a focalização das transformações experimentadas por esse campo no Brasil nas últimas décadas, particularmente as relacionadas a políticas públicas de ampliação do acesso à universidade. Interessa particularmente a análise dos efeitos que as ações resultantes do Programa do Governo Federal de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI), das Ações Afirmativas nas Universidades Públicas e do Programa Universidade para Todos (PROUNI), entre outras implementadas a partir dos anos 2000,

tiveram nas trajetórias de indivíduos e grupos sociais que tradicionalmente não acessavam a universidade, como são as pessoas egressas da EJA.

No entanto, os últimos cinco anos de desmoronamento de políticas que garantiam o direito à educação no Brasil levam a analisar efeitos de retrocesso, como a tendência marcadamente decrescente de candidatos ao Exame de Ensino Médio (ENEM) e de matriculados no Ensino Médio da EJA. No governo de Michel Temer, aprovou-se a Emenda Constitucional 95, em 15 de dezembro de 2016, que limita por 20 anos os gastos públicos (denominada PEC do teto de gastos). Isso representou o início do desmonte e desfinanciamento da educação pública em todos os níveis e modalidades, afetando fortemente as metas previstas pelo Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE 2014-2024), aprovado pela Lei n. 13.005 do 25 de junho de 2014. Posteriormente, com o governo de extrema direita liderado por Jair Bolsonaro, essa situação de descaso com a Educação Básica continuou a se agravar e atingiu as universidades, com uma importante diminuição dos recursos para as instituições de Educação Superior e para as principais agências científicas e de formação de recursos humanos altamente qualificadas, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPq). A isso se somaram os contínuos ataques às universidades através de intervenções e ações que afetam fortemente a autonomia dessas instituições.

Os resultados que se apresentam neste trabalho referem-se a um recorte da pesquisa sobre trajetórias escolares e universitárias para o público priorizado, especificamente às condições de acesso à EJA; ao ingresso à universidade pelo ENEM e a outras dimensões que indagam posições e disposições nessas trajetórias.

2. Metodologia

O processo de construção do objeto de estudo, orientado pela perspectiva teórico-metodológica que norteia esta pesquisa, baseou-se no princípio de não dissociação entre as escolhas técnicas e teóricas (Bourdieu & Wacquant, 2005). A importância de movimentar técnicas úteis e possíveis de serem utilizadas conduziu a priorizar-se o uso de dados quantitativos, a partir do levantamento de fontes secundárias (estatísticas oficiais produzidas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira” - INEP, especificamente microdados do ENEM e informações dos Censos da Educação Básica), combinadas com a análise documental e a construção de dados qualitativos. Esses últimos provenientes da realização de 22 entrevistas em profundidade a uma amostra de dez estudantes do último ano do Ensino Médio de duas escolas públicas da EJA, com características diferentes: uma da rede estadual e outra da rede federal de ensino e a 12 estudantes ou egressos recentes de cursos universitários (Licenciaturas em História, Matemática e Pedagogia e Bacharelados em Direito, Enfermagem, Saúde Pública) de duas das principais universidades da cidade de Porto Alegre, uma federal e outra privada, com trajetórias escolares que incluem a certificação do Ensino Médio pela EJA. O processo de pesquisa foi afetado pelo contexto da pandemia de Covid-19 e as

medidas de isolamento social, no entanto, a maioria das entrevistas foi realizada presencialmente, em 2022, respeitando as normas sanitárias preventivas vigentes. As entrevistas contemplaram o respeito às normas éticas: explicitação das informações sobre a pesquisa, obtenção do consentimento dos respondentes e a preservação do anonimato. A seguir, apresenta-se uma seleção de resultados. É importante esclarecer que este trabalho se limita a um recorte dos dados e informações construídos durante um processo de pesquisa de três anos, ainda em fase de conclusão.

3. Resultados

3.1. Trajetórias modais: o acesso à EJA

Os últimos dois anos com informação estatística disponível indicam uma tendência decrescente de 7% das matrículas da EJA no Brasil, que passaram de 1.618.025 em 2020 a 1.504.506 em 2021 (INEP, 2021). Essa situação se agudiza no estado do Rio Grande do Sul (RS), especialmente na rede estadual, que concentra a maior oferta de escolas de Ensino Médio da EJA, com a diminuição no período 2020/2021 de 10.851 estudantes, ou seja, um decréscimo de 25,6% (INEP, 2021). Essa queda registra-se no conjunto da rede estadual, com uma queda de 5,4% no período 2020/2021 (INEP, 2021). Embora essa situação também apareça em outros estados, a rede estadual do RS supera em mais de cinco pontos percentuais a média do país informada pelo INEP (2021), que indica um decréscimo de 1,2% nesse período no conjunto de estados. As tendências estatísticas refletem medidas que foram tomadas nos últimos anos pela Secretaria de Educação do Estado do RS, como o cancelamento de turmas e a redução da oferta de vagas, chegando-se em 2020 a haver a suspensão de matrículas, medida que foi parcialmente revertida pela pressão exercida por escolas, sindicatos e representantes do poder público. A realização de audiências públicas com encaminhamentos posteriores derivou na intervenção do Ministério Público do RS. Ou seja, a situação da EJA encontra-se distante do estabelecido pela normativa citada na introdução deste trabalho e apresenta um cenário adverso para a garantia do direito à educação. O ideário neoliberal, encarnado na política educacional, tenta impor um novo modelo escolar regido pela sujeição direta da escola à razão econômica (Laval, 2004). Nesse marco, a denominada reestruturação da EJA no RS, iniciada em 2019 e continuada até 2022, avança na eliminação de espaços escolares da rede pública destinados a essa modalidade educativa. Como resultado desse processo, os dados estatísticos evidenciam uma tendência decrescente das matrículas de Ensino Médio na rede pública no período dos últimos anos, principalmente no âmbito estadual e um incremento no setor privado. A Tabela 1, a seguir, sintetiza essas informações.

Tabela 1. Matrículas Ensino Médio EJA 2015-2021 por rede de ensino. RS.

Ano	Rede Federal	Var. %	Rede Estadual	Var. %	Rede Municipal	Var. %	Total Público	Var. %	Rede Privada	Var. %	Total
2015	1.392	-	46.022	-	1.461	-	48.875	-	12.642	-	61.517
2019	1.573	11,5%	42.254	-8,9%	1.410	-3,6	45.237	-8,0%	16.153	21,7%	61.390
2020	1.530	-2,7%	26.167	-38,1%	932	-33,9	28.629	-36,7%	17.066	5,7%	45.695
2021	1.536	0,4%	20.623	-21,2%	773	-17,0%	22.932	-19,9%	19.126	12,1%	42.058

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Censos da Educação Básica (INEP).

Em 2015, a matrícula total foi de 61.517 estudantes, predominando a rede pública, com 79,5% (48.875). Nesse grupo, as escolas estaduais representaram maior contingente (46.022, 94,2% do total da matrícula da rede pública). Comparando com a matrícula de 2019, identifica-se uma diminuição de 8% na rede pública, associada principalmente à matrícula das escolas estaduais, que diminuiu um 8,9%. Em contraste, a matrícula das escolas da rede privada se incrementou em 21,7% nesse mesmo período. Essa tendência decrescente da matrícula da rede pública se agudizou em 2020 e, comparada com o valor absoluto de 2019, evidenciou, em um único ano, um decréscimo de 25,6%, sendo a diminuição nas matrículas das escolas estaduais de 38,1%. Como contraponto, nesses anos, a matrícula das instituições privadas acrescentou-se em 5,7%. Outra informação relevante é que esse declínio não se vincula aos efeitos da interrupção da escolaridade presencial no contexto das medidas sanitárias de isolamento social causadas pela pandemia de Covid-19, pois o levantamento dos dados estatísticos foi anterior à interrupção das aulas presenciais. No entanto, em 2021, esses efeitos evidenciaram outra queda importante de matrículas, cujo total foi de 31.552, o que representou uma nova diminuição, de 25,6%, em comparação ao ano anterior. O conjunto de matrículas da EJA do País registrou uma diminuição de 7%, marcadamente menor que a apresentada no RS.

Esse conjunto de informações se vincula à tendência de redução da presença das escolas de EJA da rede pública, especialmente estadual, e ao avanço da privatização do Ensino Médio dessa modalidade educativa no RS, junto com o agravamento das desigualdades sociais e educativas provocada pela pandemia de Covid-19. A retração das matrículas em escolas públicas, especialmente estaduais, dificulta e até impossibilita o acesso a essa modalidade educativa a estudantes de origem popular que procuram prolongar suas trajetórias educativas através da conclusão do Ensino Médio na EJA. Dessa forma, reafirma-se no campo escolar a reprodução das desigualdades sociais, por meio de ações de exclusão que podem incluir até a autoeliminação (Bourdieu & Passeron, 1998). Esse cenário afeta fortemente as escolas de EJA e interrompe a necessária construção e reconstrução dessa modalidade educativa, em geral com dificuldades para gerar uma identidade própria (Arroyo, 2017) e coerente com as especificidades dos estudantes adultos e jovens trabalhadores.

3.2 Estudantes e pessoas egressas da EJA no cenário geral de declínio do número de candidatos ao ENEM

O Enem, criado em 1998 como um instrumento de avaliação do Ensino Médio em grande escala, passou a constituir-se como principal exame para o ingresso à universidade, substituindo, em muitos casos quase totalmente, o tradicional exame vestibular, organizado por cada universidade. Essa mudança efetivou-se no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, quando se criou o Sistema de Seleção Unificada (SISU) mediante a Portaria Normativa do MEC n. 2, de 26 de janeiro de 2010, com outras normativas posteriores que introduziram modificações. Assim, o SISU foi estabelecido como “o sistema por meio do qual são selecionados estudantes a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas e gratuitas de Ensino Superior que dele participarem”, posteriormente sua abrangência foi ampliada e atualmente é realizado para o acesso a universidades públicas e privadas do Brasil, estas últimas através do sistema de bolsas implementadas pelo Programa Universidade para todos (ProUni), criado pela Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005.

Com a criação do SISU, o Enem experimentou um importante crescimento no número de candidatos, de 4.148.721 em 2010 a 8.721.946 em 2014 (INEP, 2015). Porém, o período em estudo nesta pesquisa indica um marcado declínio nessa tendência no País e no RS. O crescimento sistemático do número de candidatos inscritos no ENEM no Brasil, experimentado até 2016, embora com uma diminuição de 2014 a 2015, começou a reverter-se para uma tendência decrescente em 2017 e chegou em 2021 a uma redução assustadora de quase a metade dos candidatos, comparados com o ano anterior e um pouco mais de um terço dos de 2014. As possíveis explicações para essa diminuição, produzidas a partir de 2017, podem ser: a mudança nas políticas públicas no período pós-impeachment da Presidenta Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores, incluídas as educativas, a finalização da certificação de Ensino Médio através desse exame e a crise econômica geral. E, a partir de 2020, com o governo de extrema direita liderado por Jair Bolsonaro, o agravamento da crise política e econômica, o desfinanciamento e descaso com a educação, os problemas na organização do próprio ENEM e os efeitos da interrupção da escolaridade presencial por causa da pandemia de Covid-19 potencializaram os obstáculos materiais e simbólicos que afetam possibilidades e expectativas de ingressar à universidade. No entanto, registra-se um incremento de inscritos de 13,5% ao comparar 2019 e 2020, recuperação que não representa um contrapeso importante em relação à diminuição em anos anteriores e no 2021. No caso do RS, o número de inscritos acompanhou o decréscimo no número de inscritos geral de 2014 a 2015: manteve-se quase constante de 2015 a 2016 e evidenciou uma queda relevante, de quase 30% em 2017, e diminuições de 17,4% e 10,2% em 2018 e 2019, respectivamente. Em consonância com a tendência geral, evidenciou-se uma leve recuperação de quase 14% em 2020 e novamente uma queda abrupta, de 28%, em 2021.

Nesse conjunto maior, os dados referentes a estudantes e pessoas egressas da EJA se limitam ao período 2014-2018, por dificuldades de acesso a essas informações. Em 2019, eles não registram nenhum candidato da EJA,

questão que pode ser associada a dificuldades no levantamento ou registro. Como mostra a tabela a seguir, o número de candidatos provenientes do Ensino Médio da EJA, pessoas egressas e estudantes, apresenta uma tendência diferente em relação às anteriormente apresentadas.

Tabela 2. Total de egressos e estudantes da EJA no ENEM 2015-2018.

Ano/ ENEM	Total Inscritos RS	Var. %	Inscritos EJA Total RS	Var. %	Inscritos EJA no RS %
2015	418.695	-	11.112	-	2,65%
2016	419.580	0,21%	12.418	11,75%	2,96%
2017	294.973	-29,70%	10.486	-15,56%	3,55%
2018	243.555	-17,43%	18.522	7,60%	7,60%

Fonte: microdados Enem 2015-2018 (INEP).

De 2015 a 2016, o número desses candidatos se incrementou em quase 12%, em contraste com o número total de candidatos do RS, que praticamente não apresentou variações, porém no ano seguinte diminuiu em 15,6%, em proporção, quase a metade da tendência decrescente dos candidatos totais do estado, que foi próxima a 30%. Em contraste, de 2017 a 2018, os candidatos da EJA aumentaram em 7,6% e os do RS diminuíram em pouco mais de 17%. Acrescenta-se que, ao comparar a proporção de candidatos provenientes da EJA, em relação ao total de candidatos do RS, a proporção aumentou de forma sistemática: 2,7% em 2015, aproximou-se de 3% em 2016, superando essa porcentagem alcançando 3,6% em 2017 e praticamente duplicando-se em 2018, com 7,6% de estudantes e pessoas egressas da EJA no total de inscritos confirmados no RS.

Esses dados permitem identificar indícios interessantes: confirmam a presença de pessoas que estudam ou são egressas da EJA no ENEM, principal exame de acesso à universidade, em contraste com algumas representações estereotipadas desse grupo, que tendem a não os considerar como potenciais estudantes universitários; a proporção dessa representação no conjunto de inscritos confirmados no RS aumentou expressivamente no curto período analisado de três anos (2015-2018) e passou de 2,7% a 7,6% e, por último, a tendência da participação quantitativa desse grupo no conjunto do total de candidatos inscritos confirmados no País ou no RS registrou características próprias que exigem ser estudadas mediante um futuro aprofundamento da análise dos dados.

3.3. Síntese das informações provenientes das entrevistas

A amostra de entrevistados, embora pequena em número, resultou expressiva em relação à diversidade que caracteriza os estudantes do último ano do Ensino Médio da EJA e dos egressos dessa modalidade que atualmente estudam na universidade ou foram recentemente diplomados.

3.3.1. Características dos estudantes de Ensino Médio da EJA entrevistados

Tabela 3. Estudantes do último ano do Ensino Médio – Escola rede estadual

Entrevistado/a	Idade	Gênero	Raça/Etnia	Ocupação	E. civil	Filhos
E1	24	Mulher	Negra	Pesquisas de mercado microempreendedora	Solteira	0
E2	70	Homem	Branco	Serralheiro	Casado	Sim
E3	22	Mulher	Parda	Operadora de caixa em supermercado.	Convivência	0
E4	30	Homem	Parda	Zelador	Solteiro	0
E5	36	Mulher		Empregada em comércio	Casada	2

Nota: dados coletados por autodeclaração.
Fonte: entrevistas realizadas pelas pesquisadoras.

Tabela 4. Estudantes do último ano do Ensino Médio – Escola rede federal.

Entrevistado/a	Idade	Gênero	Raça/Etnia	Ocupação	E. Civil	Filhos
E6	38	Homem	Negra	Metalúrgico	Casado	2
E7	20	Mulher	Branca	Desempregada	Solteira	0
E8	18	Homem	Branca	Desempregado	Solteiro	0
E9	49	Homem	Mulato	Desempregado	Solteiro	0
E10	37	Mulher	Branca	Trabalhadora Informal	Casada	3

Nota: dados coletados por autodeclaração.
Fonte: entrevistas realizadas pelas pesquisadoras.

3.3.2. Trajetórias educativas dos estudantes de Ensino Médio da EJA entrevistados (informações organizadas por categorias temáticas)

- Configurações familiares e escolaridade na EJA: a maioria dos entrevistados superava a escolaridade de seus progenitores, que em geral interromperam ou completaram o Ensino Fundamental; só em um caso o pai completara o nível universitário. Além da escolaridade dos progenitores, destaca-se a importância de outros familiares como estímulo para a continuidade de estudos na EJA, principalmente irmãos e filhos.
- Trajetórias escolares interrompidas: a maioria dos entrevistados ou suas famílias migrou do interior do Rio Grande do Sul para o município de Porto Alegre. Predomina a realização de uma parte ou a totalidade do Ensino Fundamental em escolas de ensino regular nas cidades de origem, diferentes municípios do interior do RS.
- A aproximação e inscrição na escola de EJA se vincula a diferentes motivos: busca ou melhora da condição de emprego, etapa da vida para concluir a escolaridade, convívio com familiares (principalmente parceiros/as e filhos/as) que completaram a Educação Básica ou são estudantes universitários. Ambas as escolas foram

escolhidas por recomendação de pessoas próximas, amigos ou familiares e, no caso de alguns dos entrevistados/as, por meio de informação de domínio público.

- Em muitos casos, os depoimentos apresentam situações sucessivas de repetição que levaram à interrupção da escolaridade. Nos relatos predomina-se uma narrativa que associa essa situação à própria responsabilidade do estudante. O discurso meritocrático se reproduz nos depoimentos dos estudantes. Os entrevistados manifestaram uma valoração positiva da experiência escolar na EJA.
- A perspectiva de continuar estudando e prolongar as trajetórias educacionais apresenta diferenças, no grupo de interlocutores desta pesquisa, principalmente associadas à geração. Os estudantes com mais de trinta anos, em geral, manifestaram interesse na realização de cursos técnicos e mencionaram o ingresso à universidade como uma possibilidade desejada, embora distante. O grupo com menos de 30 anos declarou seu interesse em ingressar e, no caso dos estudantes da escola federal, destaca-se a importância do trabalho curricular nas disciplinas com os conteúdos do ENEM. Alguns deles estão informados sobre a existência de cursos pré-vestibulares populares. Uma estudante da escola estadual desconhecia a gratuidade das universidades federais e durante a entrevista foi providenciada essa informação.
- Segundo os entrevistados, a escola estadual trabalha com algumas informações referidas ao ENEM (inscrição, datas etc.), porém não inclui em seu planejamento ou conteúdos a preparação para esse exame. Em contraste, destaca-se nas entrevistas dos estudantes da escola federal o trabalho sistemático dos professores/as com os conteúdos do ENEM.
- A pandemia de COVID-19 afetou alguns dos entrevistados, que ficaram doentes e se recuperaram, e familiares e pessoas próximas, sendo relatados casos de falecimento. Também foram narradas situações de perda do emprego e diminuição dos ingressos familiares. A interrupção da escolaridade presencial representou novos obstáculos para a continuidade da escolaridade. O ensino remoto foi acompanhado principalmente através de telefones celulares e os relatos mostraram também dificuldades para lidar e adaptar-se à modalidade virtual.

3.3.3. Características dos estudantes universitários entrevistados

Tabela 5. Estudantes universitários.

Entrevistado	Universidade	Curso	Idade	Gênero	Raça/etnia	Ocupação	Estado civil	Filhos
E11	Privada	Lic. História	22	Homem	Branca	Estagiário remunerado	Solteiro	0
E12	Privada	Lic. Pedagogia	40	Mulher	Parda	Auxiliar Administrativa	Casada	3
E13	Privada	Lic. Pedagogia	66	Mulher	Branca	Não trabalha nem procura emprego	Solteira	2
E14	Pública	Lic. Pedagogia	52	Mulher	Branca	Desempregada	Casada	1
E15	Privada	Lic. História	42	Mulher	Sem autodeclaração	Administrativa em organismo público	Solteira	3
E16	Pública	Bach. Direito	41	Mulher	Preta	Monitora em Prefeitura	Solteira	1
E17	Pública	Bach.	36	Homem	Branca	Desempregado	Casado	2

		Direito						
E18	Pública	Bach. Saúde Coletiva	25	Homem	Negra	Bolsista	Solteiro	Não
E19	Pública	Lic. Matemática	28	Mulher	Parda	Bolsista de aperfeiçoamento	Solteira	Não
E20	Pública	Bach. Enfermagem	39	Mulher	Branca	Auxiliar Ed. Infantil	Casada	1
E21	Pública	Bach. Direito	21	Mulher	Branca	Bolsista	Solteira	2
E22	Privada	Lic. Pedagogia	53	Mulher	Negra	Auxiliar Ed. Infantil	Casada	1

Nota: dados coletados por autodeclaração.
Fonte: entrevistas realizadas pelas pesquisadoras.

3.3.4. Trajetórias educativas de estudantes universitários egressos da EJA (informações organizadas por categorias temáticas)

- Estudantes trabalhadores: todos os entrevistados realizam ou realizaram os cursos universitários concomitantemente com distintas atividades laborais, seja como bolsistas, estagiários, trabalhadores formais ou informais. Isso se vincula à necessidade de gerar ingressos para sustentar ou complementar os ingressos familiares e também para garantir o financiamento dos gastos vinculados à condição de estudantes universitários. No caso da universidade privada, recorre-se a bolsas, créditos de financiamento ou ajuda familiar para custear o valor das mensalidades. No caso da universidade pública, os gastos com alimentação, materiais, deslocamentos para assistir a aulas, etc. também demandam disponibilidade de recursos financeiros próprios.
- Configurações familiares: também se verificou neste grupo a superação do nível de escolaridade dos progenitores, que em geral interromperam ou completaram o Ensino Fundamental ou o Ensino Médio, só em um caso o pai e a mãe completaram o nível universitário. A maioria se declarou como primeira geração de estudantes universitários em seus grupos familiares. Em geral, cônjuges, companheiros e filhos influenciaram o ingresso à universidade e a continuidade dos estudos.
- Escolaridade prévia aos cursos universitários: várias das estudantes de licenciatura entrevistadas tinham realizado curso de magistério ou curso técnico anterior ao curso universitário. As trajetórias escolares, em geral, apresentam intermitências, ou seja, interrupções e recomeços. Em algumas delas esse percurso também se registra na universidade. Uma das entrevistadas realizou experiências formativas no Ensino a Distância (EAD), que interrompeu, preferindo a presencialidade. Duas estudantes estão realizando seu segundo curso de graduação na universidade.
- Maternidade, escolaridade e universidade: uma característica frequente no grupo das estudantes mulheres é que a interrupção da escolaridade na Educação Básica se associa à maternidade, principalmente no período de nascimento e cuidado dos filhos pequenos. Porém, essa condição posteriormente se transforma em uma potência para o ingresso à universidade e da prolongação das trajetórias educativas, como indica o seguinte depoimento: “Hoje uma amiga minha, uma colega do serviço, ainda me disse que as palavras educam, mas o exemplo arrasta. A gente nunca conversou sobre isso [com os filhos]: ‘vocês se sentiam motivados por a mãe

nunca parar de estudar, enfim?’, até porque quando eu vim fazer o Ensino Superior, os dois já eram adolescentes. A minha pequena chegou a frequentar comigo algumas aulas, muito bebezinha ainda, mas chegou a vir, foi na formatura, enfim... Então, eu acho que é mais ou menos isso, não sei te dizer se tocou em algum momento, mas é isso, o exemplo, de alguma forma, ele arrasta” [E15]. No entanto, o cuidado dos filhos durante longas jornadas, que combinam atividades laborais e universitárias, é uma dificuldade que necessita ser administrada, às vezes mediante redes familiares de apoio, porém algumas das estudantes não contam com essa possibilidade.

- Ingresso à universidade: os modos de ingresso à universidade foram através de vestibular (dois entrevistados fizeram a preparação para esse exame sozinhos, um deles declarou que foi possível participar dessas provas pela taxa de isenção e que vivenciou importantes dificuldades de acesso a livros para a preparação do exame); outros entrevistados ingressaram também por vestibular, através da política de cotas e mediante a realização de cursos de pré-vestibular popular, outros pelo ENEM e, no caso da universidade privada, ENEM/ProUni.
- A universidade como espaço possível: vários dos entrevistados vincularam as experiências de formação no nível médio da EJA à vontade de dar continuidade a suas trajetórias educativas, como indica o seguinte depoimento: “Eles [os professores] abriram muito os nossos horizontes, porque a gente tinha uma ideia muito limitada do que a gente podia, sabe? A gente pensava assim... muitos pensavam: ‘ah, eu sou dona de casa, vou só terminar o Ensino Médio pra ter o... fundamental, depois o médio, só pra isso, porque é importante ter estudo’. Mas eles abriram muito o horizonte da gente pensar além. Eles fizeram muito trabalho bacana sobre isso” [E20].
- Em relação à pandemia de Covid-19, nesse grupo, também se registraram entrevistados, familiares e pessoas próximas que ficaram doentes e casos de falecimento de parentes ou amigos. Outra área impactada foi a condição ocupacional, seja pelo desemprego, perda ou diminuição de ingressos individuais ou familiares e a reorganização dos cuidados familiares, especialmente com as crianças pequenas. Essas situações às vezes levaram à interrupção das atividades universitárias, que posteriormente foram retomadas ou a considerar a possibilidade de descontinuar o curso durante esse período.

4. Conclusões

Os dados e informações apresentados sintetizam um conjunto relevante de dimensões que atravessam as trajetórias educativas de estudantes de origem popular, que vivenciaram processos de exclusão educativa no campo escolar e, mesmo em condições adversas, concluíram a Educação Básica na modalidade EJA. Outrossim, ingressaram, permanecem ou obtiveram um diploma (capital cultural objetivado) no campo universitário. A complexidade das trajetórias estudadas permite reconhecer que os marcadores sociais de classe social, raça, gênero e geração condicionam fortemente tanto os movimentos nos espaços da educação formal quanto a construção de representações que contemplem a universidade na dimensão simbólica do possível. As políticas educativas de acesso à escolaridade da população jovem e adulta que não completou a Educação Básica e as que apontam à democratização do acesso à Educação Superior resultam determinantes para favorecer movimentos nos espaços educacionais que permitam construir trajetórias educativas prolongadas. Os acontecimentos individuais e coletivos, especialmente a pandemia de Covid-19, agudizaram as desigualdades sociais e

educativas. Para o público priorizado nesta pesquisa significou um agravante nas condições desfavoráveis de saúde, trabalho e educacionais.

Referências

- Arroyo, M. (2017). *Passageiros da noite: do trabalho para EJA. Itinerários pelo direito a uma vida justa*. Vozes.
- Bourdieu, P. (1996). *Razões Práticas. Sobre a teoria da ação*. (Tradução: Mariza Corrêa). Papirus: Campinas.
- Bourdieu, P. (2008). *A Distinção. Crítica Social do julgamento*. (Tradução: Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira). Edusp; Porto Alegre/RS: Zouk.
- Bourdieu, P. (2019). *Curso de Sociologia General: conceptos fundamentales*, v. 1. Siglo XXI.
- Bourdieu, P., & Passeron, J. C. (1998). *A reprodução*. (Tradução: Reynaldo Bairão). (3. ed.). Francisco Alves.
- Bourdieu, P., & Wacquant, L. (2005). *Una invitación a la sociología reflexiva*. (Traducción: Ariel Dillon). Siglo XXI.
- Carvalho, T. K. P., & Bento, E. G. (2021). Teoria bourdiesiana para o estudo das desigualdades educacionais e sociais. *Revista Fórum Identidades*, 33(1), 157-172. Recuperado de <https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/view/15502>.
- De la Fare, M. (2020). Los estudios sobre trayectorias en el campo de la investigación educativa: discusiones necesarias. In M. De la Fare et al. (Orgs.), *Bastidores da pesquisa em instituições educativas* (pp. 135-157). Edipucrs. La Plata/Argentina: Editora Universidad Nacional de La Plata.
- De la Fare, M., & Nunes, M. B. (2020). Os estudos sobre trajetória escolar na análise das desigualdades sociais. In G. T. D. Guimarães, A. L. Maciel, & B. Gershenson. *Neoliberalismo e desigualdade social: reflexões a partir do Serviço Social* (pp. 287-314). Edipucrs.
- De la Fare, M., & Santos, S. V. (2020). Histórias de lutas: trajetórias e estratégias de estudantes e egressos da EJA para acessar e se formar na universidade. In *XIII Reunião Científica Anped Sul* (pp. 1-5). ANPED.
- Emenda Constitucional n. 95. (2016, 15 dezembro). *Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília.
- Galarza, M. M. (2016). A sociologia do sistema de ensino de Bourdieu: reflexões a partir da América Latina. *Cadernos de Pesquisa*, 46(162), 942-965. Recuperado de <https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/view/15502>.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020). *Educação PNAD contínua 2019*. Recuperado de: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf.
- INEP. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2015). *Sinopse Estatística da Educação Básica 2021*. Brasília: Inep. Recuperado de: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>.
- INEP. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2021). *Sinopse Estatística da Educação Básica 2021*. Brasília: Inep. Recuperado de: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>.
- INEP. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2022). *Microdados do ENEM 2015-2018*. Recuperado de: <https://www.gov.br/inep/pt-br/area-informacao/dados-abertos/microdados/enem>.
- Lahire, B. (2002). Reprodução ou Prolongamentos Críticos? *Educação & Sociedade*, 78, 37-55.

- Laval, C. (2004). *A escola não é uma empresa. O neoliberalismo em ataque ao ensino público*. Planta.
- Lei n. 11.096 (2005, 13 janeiro). *Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, altera a Lei n. 10.891, de 9 de julho de 2004 e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília.
- Lei n. 13.005 (2014, 25 junho). *Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília.
- Lei n. 9394 (1996). *Estabelece Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional (LDB)*. Diário Oficial da União, Brasília.
- Parecer CEB n. 11 (2000, 10 maio). *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos*. Conselho Nacional de Educação, Brasília.
- Portaria Normativa n. 2, (2010, 26 janeiro). *Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada, sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação, para seleção de candidatos a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior dele participantes*. Ministério da Educação, Brasília.
- Portaria Normativa n. 21 (2012, 5 novembro). *Dispõe sobre o Sistema de Seleção Unificada - SisU*. Diário Oficial da União, Brasília.